

OCUPAÇÃO DO ROPOCA E A LUTA PELO DIREITO À MORADIA EM PARINTINS (AM)

Tainara de Souza Barroso ¹
Tatiana da Rocha Barbosa ²

Resumo:

O presente trabalho aborda produção de moradia popular na ocupação do Ropoca, no Bairro São Vicente de Paula, na cidade de Parintins. Objetivando de analisar a produção de moradia popular as margens do lago Macurany, destacando o papel da mulher, os tipos de moradias e as questões socioeconômicas e ambientais da área de estudo. Metodologicamente o trabalho tem 04 etapas para a realização da construção do desenvolvimento, que vai do levantamento bibliográfico como base teórica até a realização da pesquisa de campo através do questionário, para a realização das entrevistas com os moradores. Como resultados, identificou-se a ausência de serviços básicos que garantam aos moradores da Ocupação do Ropoca, melhores qualidade de vidas.

Palavras-chaves: Cidade, (Re) Produção do espaço urbano e Moradias irregulares.

Introdução

O presente trabalho aborda o processo de Produção de moradia popular na ocupação do Ropoca, no Bairro São Vicente de Paula, as margens do lago Macurany, na cidade de Parintins, município situado ao leste do Estado do Amazonas a 420 Km, da capital Manaus, que possui 5.956,047 Km² de território, com população de 96.372 habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e destaca as transformações que a produção desta ocupação promove no espaço urbano na cidade.

O estudo teve como objetivo analisar a produção de moradia popular a partir da ocupação do Ropoca, destacando o papel da mulher no processo de luta pela permanência de suas moradias, identificando os tipos de moradias, a socioeconomia dos moradores da ocupação e as condições socioambientais da área de estudo.

A pesquisa utilizou como base teórica Carlos (2011), que trabalha as dinâmicas que caracterizam a cidade e seus fatores principais, como questões políticas e econômicas, seus elementos naturais e culturais que fazem a construção da cidade. Lobato Corrêa (1989), que apresenta o espaço urbano como um espaço fragmentado cheios de símbolos e lutas, com diferentes classes sociais. Becker (1995), que ressalta o processo de urbanização na Amazônia e Nilciana Souza (2013), que trabalha o processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): Evolução e Transformação, destacando seus principais contextos históricos.

¹ Graduanda do curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

² Professora Doutora na Universidade do Estado do Amazonas- UEA.

Metodologicamente a pesquisa foi trabalhada em (quatro etapas), a primeira foi pautada no levantamento bibliográfico dos conceitos básicos referentes a construção do processo de urbanização da cidade para construção teórica. A posteriori realizou-se visita a área de estudo para observação das produções de moradias e o primeiro contato com o líder da ocupação. No terceiro momento elaborou-se a elaboração da construção do questionário para entrevistas com os moradores, de acordo com as primeiras observações feitas. Por último, aplicou-se 20 questionários, nesta etapa, a pesquisa se dedicou a entrevistar apenas o (a) chefe (a) de família para identificar escolaridade, renda mensal, estrutura dos cômodos, quantidade de pessoas que residem na casa, o tipo de moradia e qual o motivo que levou os moradores a fazerem parte desse movimento de ocupação.

O trabalho apresentado está estruturado em 03 tópicos. O tópico 01 aborda a Cidade e urbano na Amazônia, contextualizando os conceitos de cidade e cidade na Amazonia, elencando suas principais transformações com o avanço da urbanização no espaço urbano através da industrialização com a implementação dos programas na Amazônia.

O tópico 02, ressalta o Reflexo da evolução em Parintins no período de 1970 á 2000 a partir da produção de moradias populares. Dando ênfase as principais ocupações irregulares que transformaram o espaço urbano da cidade com o crescimento populacional. E o 03 refere-se à Ocupação do Ropoca: a luta pelo direito à moradia na cidade de Parintins, que dá destaque os movimentos da ocupação. Entres os principais resultados destaca-se a ausência em serviços básicos para as habitações que viabilizem a produção de moradias para a população Parintinense, que não seja através das ocupações irregulares que garantam melhores qualidade de vida aos moradores.

1- Cidade e urbano na Amazônia

De acordo com Spósito (2000), para entender o que é uma cidade nos dias atuais é preciso compreender sua complexidade, organização, função, sua produção, que nos impõem um olhar as suas origens e, a partir daí tentar reconstruir resumidamente sua trajetória. Mas, Lefebvre (2008), conceitua a cidade como um objeto espacial que precisa ser estudada utilizando diferentes técnicas e métodos econômicos, políticos e demográficos. E que, as relações dependem da produção e as cidades também são locais de contradições sociais, e é necessário distinguir as cidades do espaço urbano.

Para entender a dinâmica da cidade de Parintins, é importante conceituar “O que é cidade”. Para Carlos (2011):

Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloquente. Mas ao analisá-la, torna-se importante o resgate das emoções e sentimentos; a reabilitação dos sentimentos humanos que nos faz pensar a cidade para além das formas. Isso nos faz analisar a cidade para além do homem premido por necessidades vitais (comer, beber, vestir, ter um teto para morar) esmagado por preocupações imediatas. A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideais, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de fazer, e também uma cultura (p. 25-26).

Para compreender a dinâmica das cidades, é importante ressaltar a organização política em que as cidades se estabelecem, e como os processos econômicos e sociais coexistem com a dinâmica de como ocorre o processo de industrialização e globalização que envolvem a integração social, fazendo com que os espaços urbanos tenham o crescimento populacional.

Segundo CORRÊA (1989), o espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante socialmente, cheio de símbolos e campos de luta. É um produto social, resultado de ações acumuladas ao longo do tempo, que foram constituídos pela produção e consumo do espaço produzido pelo sujeito. Sendo assim, um reflexo de mediações sociais, que foi tornando a cidade um lugar onde vivem e prosperam diferentes classes sociais.

Historicamente o Brasil teve seu processo urbano tardio, pela concentração ser baseada no setor agrário em meados do século XIX, a plantação e exportação de café era o que movia a economia do país, as pessoas moravam no campo pela produção agrícola. Com a crise do café, em 1929, o Brasil deixa de ser um país agrário exportador e passa a se ajustar como um país urbano industrial.

Com o processo de industrialização chegando ao Brasil há um crescimento acelerado nas cidades, fazendo ocorrer o movimento do êxodo rural, que é caracterizado pelo processo migratório do campo para a cidade, fazendo com que o Brasil crescesse de uma forma acelerada e desordenada, onde houve uma aglomeração de pessoas do espaço urbano. A urbanização sem planejamento estabeleceu problemas sociais que permeiam até os dias atuais, como os problemas ambientais, desigualdades entre classes, aumento da pobreza e violência.

Durante os anos de 1970, a Amazônia passou ser uma tática geopolítica mediante a implementação de planos e programas, para a exploração dos recursos amazônicos, votados aos processos econômicos do país. Como forma de solucionar as tensões do nordeste, com a grande seca no ano de 1970, as terras amazônicas foram dadas aos nordestinos sem-terras como forma de resolver a problemática da reforma agrária que afetou o Nordeste na época (Kohlhepp, 1979).

Apresentam assim na Amazônia um arranjo espacial diferente, às medidas em que as condições urbanas são importantes e construídas dentro das florestas tropicais, levando a elaboração do termo “floresta urbanizada”, sendo importante estudar e acompanhar a ocupação dessa área (BECKER, 1995). Os programas implementados na Amazônia, foram desenvolvidos pelo governo Militar, em meados dos anos 70, onde tiveram duas categorias: a ação estatal e a ação privada.

Para o desenvolvimento regional na Amazônia, houve seis fases principais: a 1º - o Programa de Integração Nacional (PIN), na metade de 1970, que tinha como objetivo a construção de inúmeras estradas com distâncias longas como a Transamazônica e a Perimetal Norte, que foram as pioneiras para a migração para a Amazônia, que eram voltadas para as atividades econômicas como a colonização agrícola que foi falha pela baixa fertilidade do solo. A 2º - Programa Poloamazônia de 1974 a 1980, que foram concentradas com o conceito de polos de crescimento, com a extração de recursos minerais ou áreas de criação de gados, que foi falho e causou grandes desmatamentos causando danos irreparáveis no ecossistema e conflitos com as populações indígenas.

A 3º - Programas de desenvolvimento rural integrados do início dos anos 1980. Tinha como objetivo o desenvolvimento integrado para a pobreza nas áreas rurais, onde terras apossadas e assentamentos descontrolados em áreas florestais foram sendo devastadas por grileiros e fazendas de gados. A 4º - Mega- programas e projetos dos anos 1980. O programa “Grande Carajás” (PGC), era para estabelecer projetos de infraestrutura, mineração e indústria na jazida de minerais na serra de Carajás, com mineração do ferro, sem o apoio regional e local intensificaram os conflitos pelos limites de terras, principalmente as indígenas.

O 5º O Programa Piloto foi uma nova iniciativa para o desenvolvimento regional sustentável, onde a preocupação internacional teve a iniciativa de criar meios através de investimentos para que o Brasil tomasse medidas para conter o desmatamento, queimadas e o aumento da população. O 6º O Mega- Programa Avança Brasil, onde o governo brasileiro realizou projetos de desenvolvimento na região amazônica, como a geração das hidrelétricas e linhas de transmissão que buscavam planejamento na infraestrutura para os sistemas de transporte.

Através desses programas de desenvolvimento econômico, é implementada a Zona Franca na cidade de Manaus no Estado do Amazonas em 1960, onde a ditadura militar justificou como forma de povoar uma região que era esquecida, gerando condições de meios de vida,

onde através da infraestrutura que iria chegar pela Zona Franca, atrairia pessoas em busca de trabalho, fazendo então gerar o capital nacional e estrangeiro. Onde haveria também a facilidade de transporte de cargas de modo fluvial como terrestre.

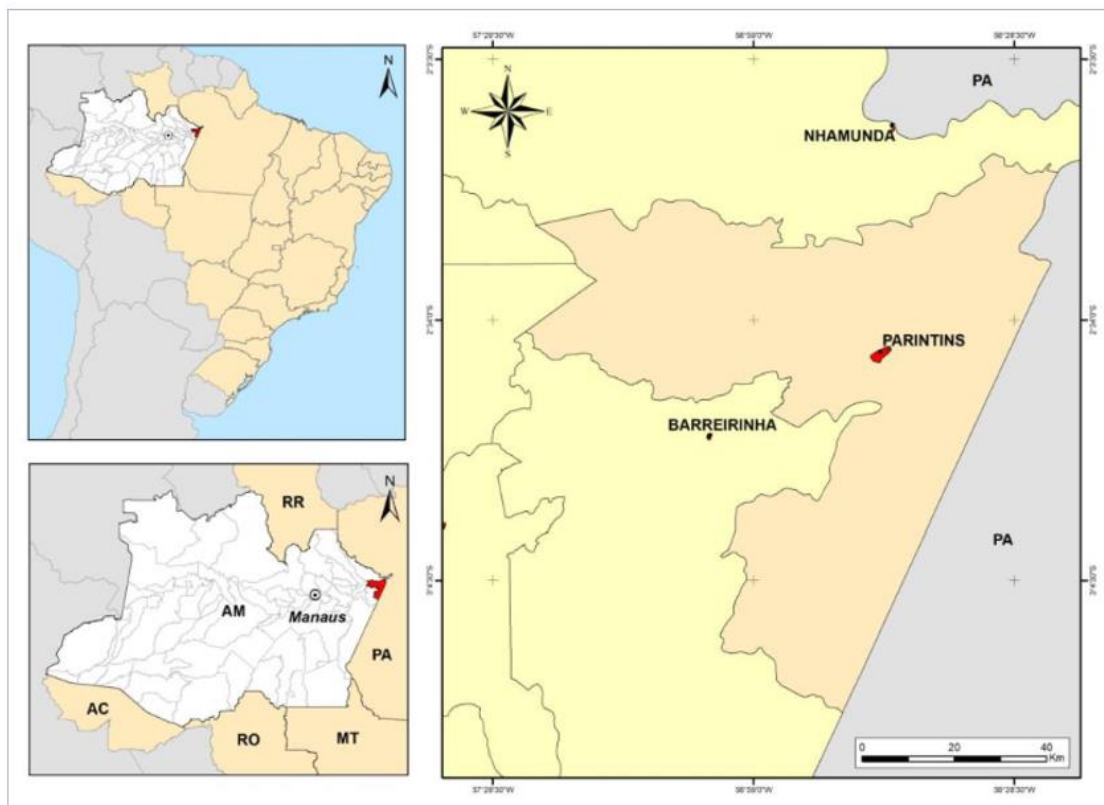
A Zona Franca era a manutenção e expansão da acumulação do capitalismo no Brasil, tinha como objetivo criar na Amazônia um setor industrial comercial e de agropecuária, que atraiu muitas pessoas de todas partes do país na procura de melhores condições de vida. Loureiro (2003), comenta que a Zona Franca de Manaus (ZFM) transformou radicalmente a capital do Amazonas:

Seus habitantes multiplicam-se, chegando a 1,6 milhão de pessoas ao final de 2002. Com o perfil de uma cidade-estado, nela concentram-se 53% da população estadual. Produzindo mais de 90% da economia e da arrecadação, a renda per capita dos manauaras eleva-se aos patamares mais altos entre as capitais brasileiras. A economia cresce e os serviços urbanos ampliam-se, mas a migração de pessoas do Nordeste e do Pará pressiona os serviços urbanos e desorganiza a ocupação do espaço, promovendo invasões de áreas desocupadas, sem saneamento básico e infraestrutura, criando imensos bolsões de pobreza onde a exclusão social é a regra (2003, p. 39).

Com a implementação da ZFM ocorreram muitas modificações nas configurações do espaço da cidade de Manaus, principalmente com o crescimento urbano como a prática de bens de consumo com o crescimento da produção, trazendo problemas que ainda são recorrentes como: “subemprego de mão-de-obra, favelização da moradia, carência de serviços básicos, etc.” (MOURA, 1990, p. 436). As populações dos municípios da capital Manaus, visavam a qualidade de vida através do desenvolvimento que a cidade teve com a ZFM, fazendo ocorrer o crescimento acelerado na cidade causando problemas ambientais e sociais que foram irreparáveis.

De acordo com Santos, Brasil e Moura (2000, p. 7), os migrantes são principalmente naturais dos municípios de Coari, Parintins, Manacapuru e Itacoatiara. Onde se destaca a cidade de Parintins, município situado ao leste do Estado do Amazonas a 420 Km, da capital Manaus, possui 5.956,047 Km² de território, com população de 96.372 habitantes (IBGE, 2022). Tendo sua divisa, ao leste, o estado do Pará, sendo um dos principais municípios do baixo Amazonas.

MAPA 01 – Localização da cidade de Parintins-Am



Fonte de dados: IBGE, 2021.
Org.: Tainara Barroso, 2024.

A cidade de Parintins tem sua produção de economia baseada na agricultura, pecuária, pesca, funcionalismo público, atividades do terceiro setor que envolvem comércio e turismo e a realização do festival Folclórico de Parintins, com o Boi-bumbá Caprichoso e Boi-bumbá Garantido que favorecem a economia local (IBGE, 2022).

O festival tem características do bumba meu-boi do nordeste, com a apresentação de 02 bois folclóricos: o Boi Garantido, representado pelo boi branco com coração vermelho na testa e o Boi Caprichoso, representado pelo boi negro com estrela azul na testa, o festival realiza-se na arena do Bumbódromo. Que tem a capacidade para cerca de 17 mil pessoas, dentre essas, a maior parte fica concentrada nas áreas das galeras (torcidas), a realização das apresentações é respectivamente nas noites do último final de semana do mês de junho com apresentações com duração de até duas horas e meia, que chega a atrair cerca de 100 mil pessoas na cidade.

Com crescimento da realização do festival folclórico de Parintins a cidade tornou-se mais conhecida no Estado do Amazonas, assim como para os demais estados brasileiros e outros

países, pela sua rica diversidade cultural e a maneira que o espetáculo é realizado como forma de um teatro a céu aberto, onde no período que antecede o festival, a cidade tem melhorias urbanísticas nas áreas de maiores fluxos de turistas.

Mas assim como o desenvolvimento da capital Manaus, a cidade de Parintins também foi resultado da estratégia política, os primeiros habitantes eram os indígenas tupinambaranas, Parintins é formada sobre uma ilha. Segundo Souza (2013, p.33) “cidade de Parintins teve várias denominações: primeiro chamou-se Tupinambarana, depois Vila Nova da Rainha, mais tarde voltou novamente a Tupinambarana, depois Vila Bela da Imperatriz e, por último, quando elevada á comarca de cidade, passou a chamar-se Parintins.”

Durante a década de 1960 Parintins também sofreu com a crise inflacionaria e financeira do Brasil, onde o município teve dificuldades em conseguir recursos para infraestrutura da cidade, as complicações no fornecimento de água, de energia elétrica e precariedade na saúde pública se agravaram. Mesmo com todas as dificuldades as pessoas continuavam vim para a cidade, principalmente a população da área rural, e a cidade crescia de forma precária com áreas que não apresentavam nenhuma infraestrutura básica.

Durante a década de 1970, a maior fonte econômica da cidade era a produção de juta. Souza (2013), destaca que “Parintins exportava juta prensada, cacau, guaraná, essência de pau-rosa, borracha, cumaru, óleo da copaíba, batata e gado para os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará e outras localidades” (p.58). Era esses produtos que fomentavam a economia da cidade naquela época.

Em 1980, termina a produção de juta. Fechando assim as fabricas e deixando muitas pessoas desempregadas, onde a pecuária vem ser a alternativa do movimento da atividade econômica na região. Fazendo com que os donos de terras firmes e várzeas vendessem suas terras para migrar para a cidade, visando também melhorar a educação para os filhos. Já em 1990, com o crescimento do festival folclórico de Parintins, há cidade passa apresenta-se como melhor lugar para viver.

Com isso os chamados problemas urbanos aceleram ainda mais diante do aumento do número de habitantes e da falta de estruturas para atender todas as necessidades, inclusive os problemas habitacionais. Que diante desses problemas começam as motivações para as ocupações irregulares, que formaram os grandes bairros da cidade como Itaúna e Paulo Corrêa,

assim como a crescimento nas ocupações em bairros já existentes como Palmares e São Vicente de Paula.

Em meados de 2000, as ocupações irregulares se intensificaram ainda mais em áreas de beira de rios, precisamente no lago Macurany, que foram e são vistas como áreas periféricas, que apresentam moradia precárias com insalubridade, por falta de organização habitacional da gestão pública da cidade, levando as pessoas a morar em áreas de risco por necessidade.

2- Reflexo da evolução urbana em Parintins no período de 1970 á 2000 a partir da produção de moradias populares.

Segundo Souza (2013), o processo da revolução da juta e malva em 1970, intensificou o crescimento populacional na cidade de Parintins, que era voltada para produção. Na metade da década de 70, o Brasil enfrentava uma crise inflacionaria recorrente ao petróleo, crise que afetou também Parintins e sua produção levando ao enfraquecimento, onde a cidade estagnou-se no seu processo de evolução de infraestruturas e bens de serviços que causaram assim o desemprego. Elevando um crescimento no mercado de gado bovino e bubalino nas áreas de várzeas.

Destaca-se que em 1975, o crescimento urbano na cidade foi através da “segunda maior enchente do Rio Amazonas, ocasião em que 13,45% dos ribeirinhos foram obrigados a abandonar a área rural e ocupar a área urbana, registrando a primeira explosão demográfica urbana, pelo característico fenômeno do êxodo rural” (Souza, 2013, p.58).

Souza (2013), também ressalta que em 1975, a família Santiago loteou suas terras e fez um acordo com a prefeitura para oferecer suas terras aos moradores, dando início à comunidade de Nossa Senhora de Fátima que foi renomeada de Nossa Senhora de Nazaré por motivos religiosos. Com receio de perder as terras para os ocupantes que se aglomeravam no bairro de Palmares, a família Santiago vendeu a outra parte do terreno no início da década de 80.

Corrêa (2003) afirma que “os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status” (p.16). Onde se intensificou a criação do bairro São Vicente de Paula, nomeado também por motivos religiosos, com as vendas dos lotes de terras para as moradias, que teve destaque a atuação do setor imobiliário para a consolidação do bairro com a venda dos lotes, que ainda era apenas uma floresta densa.

O processo de urbanização ocorrido em Parintins na década de 1980 redefiniu a relação entre cidade e campo. A zona rural passou por um processo de esvaziamento populacional, principalmente pela chegada da pecuária extensiva à região (a partir da década anterior), enquanto a cidade também passou por outro processo, o de expansão populacional, que resultou na perda de grande parte da população da zona rural por questões sociais e ambientais enfrentadas pelos moradores das localidades.

A partir de 1990, a cidade de Parintins teve um crescimento importante no setor de serviços com a consolidação do Festival Folclórico, tornando-se um espetáculo regional e nacional, que trouxe mais atrativos voltados aos investimentos econômicos para a cidade, fazendo com que houvesse um crescimento populacional urbano de 29.504 habitantes na década de 80 (IBGE, 1980), para 41.591 habitantes na década de 90 (IBGE, 1990).

Rolnik (1995) ressalta que a cidade é “um ímã, um campo magnético, que atrai, reúne e concentra os homens” (p.12). Os moradores da zona rural, vieram para a cidade pela oportunidade de empregos que estavam sendo gerados no mercado de trabalho, tornado assim a cidade como uma possibilidade de uma qualidade de vida melhor. Com o crescimento populacional por meio do fluxo migratório, tornaram-se recorrentes os problemas urbanos em Parintins, pela demanda por moradia.

O que intensificou as ocupações irregulares foi o movimento do êxodo rural, que deram origem aos maiores bairros da cidade, como o Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa. Surgindo também a ocupação do bairro de Palmares, que foi dividido em bairro de Nossa Senhora de Nazaré e bairro São Vicente de Paula. A primeira grande ocupação da cidade de Parintins foi a da fazenda Itaúna, como afirma Menezes (2017):

“(…) até o ano de 1991, havia uma área de terras que se constituía em um castanhal pouco explorado, conhecido pelos parintinense como ‘Fazenda Itaúna’, pertencente ao empresário Paulo Corrêa, que morava em Santarém no Pará, era uma área de floresta, de ambiente alagadiço e com formações secundárias em capoeiras, cortada por vários riachos, que serviam de refúgios para grupos de pessoas que nos fins de semana se dirigiam com a finalidade de lazer” (p.45).

A cidade foi marcada pelo processo dos grandes bairros se estabelecerem através das ocupações, gerando a segregação espacial entre as classes. Corrêa (2003), afirma que o espaço é produzido pela sociedade apenas relacionado a questões políticas, um campo de ações apenas para o trabalho, mas o espaço “é muito mais que isso” (p.26). As primeiras ocupações ocorreram em períodos de eleição política, onde as pessoas visavam a oportunidade de estabelecer moradias em áreas irregulares ou em propriedades privadas com apoio político.

Souza (2013), destaca que as ocupações na Fazenda Itaúna trouxeram a expansão da segunda ilha:

“segunda ilha de expansão da malha urbana de Parintins separada pelo Lago do Macurany, onde foram construídas três pontes: a primeira é a Ponte da Fabril, que liga a Rua Lindolfo Monte Verde à Rodovia Odovaldo Novo; a segunda é a Ponte do Gabião que dá continuidade à Rua Paraíba, fazendo a ligação com o Bairro Itaúna I; e a terceira é a Ponte Amazonino Mendes que faz ligação com a Rua Pe. Augusto Gianola no Bairro Paulo Corrêa” (p. 68).

Em 1991, Souza (2013) comenta que a chegada Universidade do Amazonas-UA (atual UFAM), fez com a população da zona rural e dos municípios vizinhos de Parintins viessem para a cidade pela oferta de cursos de licenciatura que estavam sendo disponibilizadas. Com a imigração expressiva para Parintins, e com a crise que o país enfrentava nesse período fizeram com que houvesse um “freio” para o desenvolvimento econômico na cidade, causando muitos desempregos.

Com isso, o aumento populacional foi se intensificando em um ambiente de ineficaz em relação ao planejamento urbana, com as infraestruturas sendo benéficas apenas as classes de renda mais altas, levando a periferia há se expandir com ausência desses serviços essenciais básicos, elevando a segregação espacial com interferências diretas a qualidade de vida das pessoas.

Durante o ano de 2000, houve um crescimento de cerca de 33 mil habitantes que vieram da zona rural e cidades vizinhas (Tab. 01), que nos levam a considerar a evolução da cidade com contradições, progressos e retrocessos do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento da sociedade está ligado ao processo capitalista em diferentes períodos. Que nos leva a pensar no futuro e na produção e reprodução da cidade esse crescimento da população levou Parintins ser o segundo maior município do estado do Amazonas por números de habitantes.

Tabela 01 – Crescimento populacional de Parintins entre os anos de 1990 a 2000.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1970	16.747	21.334	38.801
1980	29.504	21.877	51.381
1990	41.591	17.192	58.783
2000	58.125	33.993	92.118

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990 e 2000.

Souza (2013, p.71), ainda ressalta que durante o ano de 2010 as ocupações irregulares de terras se intensificaram na cidade de Parintins, “surgimento dos bairros Castanheira, Tonzinho Saunier, União (ocupação de terras), e dos loteamentos Lady Laura, Pascoal Alágio e Teixeira”. Crescendo assim o movimento da expansão da cidade em forma desordenada para os órgãos municipais, que não tiveram um planejamento urbano para que pudesse controlar as ocupações irregulares que se intensificavam, em extensões de terras que não visavam estabilidade em relação aos fenômenos da natureza.

Brant afirma que:

“passa a revelar os limites da expansão desordenada da cidade. A destruição dos elementos essenciais à vida humana, como o ar, água, a vegetação, o solo, ameaça à própria sobrevivência de seus habitantes e aponta para a contradição entre as intervenções de agentes individuais que seguem sua própria lógica, e a necessidade de ordenação do espaço urbano em função dos interesses coletivos” (1989, p.74).

Essas ocupações eram áreas de florestas que tiveram um processo de ocupação acelerado, principalmente as ocupações que ocorreram no ano de 2010, visto que são áreas que apresentam a ausência de infraestruturas das políticas públicas municipais e do Estado, pois são consideráveis na sociedade bairros periféricos em que moram os grupos excluídos, que causam a segregação social.

Oliveira (2000), ressalta que:

“é preciso reconhecer que, se um lado o processo de urbanização(...) está assinalado pela exclusão, de um outro ele contém a possibilidade da inclusão, pois existem as especificidades decorrentes da história do lugar, da capacidade de resistência e da forma não igual de como as inovações atingem o lugar e de como as pessoas se relacionam com o novo. Todos esses aspectos, mediando pelos usos e costumes, determinam a forma de produção das cidades, que se constituem como *lôcus* privilegiando na articulação entres o lugar, o nacional e o global e, portanto, no lugar da resistência.” (p.168-169).

Com isso fica claro que esse movimento de ocupação é desigual, na expansão da cidade, principalmente em relação a distribuição da renda que é um fator determinante para se associar as condições de moradias que se vive. De acordo com as estatísticas do (IBGE, 2021) de 100% da população Parintinense, apenas 7,16 % tem trabalho ou rendimento, esse número é expressivamente baixo para o número de habitantes da cidade, são essas relações sociais se refletem muito sobre as classes sociais que a sociedade impõe, tornando assim os moradores das ocupações como grupos excluídos.

Mesmo que a cidade de Parintins tenha seus processos de ocupações que teve grande contribuição para a história da cidade. Devemos aqui citar que os primeiros bairros da cidade

que formaram a primeira ilha, foram estabelecidos pelo processo de compra e venda de terras. Onde se estabeleceram os primeiros bairros da cidade, onde hoje consideramos como a área central da cidade.

Enfatizando o processo de construção da cidade, destacamos a histórica do Bairro São Vicente de Paula que é a área de estudo, onde sua construção está relacionada a compra e venda de lotes de terras, para a produção de moradias. Segundo os moradores mais antigos do bairro em uma entrevista semiestruturada, foram obtidas algumas informações sobre o processo de construção do bairro, que chegaram para residir na década de 70, com apenas pequenas habitações uma distante da outra, onde se observava mais vegetação do que casas, da maneira que foram se intensificando com o crescimento urbano, com os avanços de produção, oferta de trabalho, continuação de ensino e melhorias na educação.

A produção de moradias foi se intensificando no bairro em meados de 1980, que na época um lote custava de acordo com os moradores em média 8.000 mil cruzeiros, eram de 07 metros de frente e 15 metros de fundo, de acordo com o documento de título de terra apresentado pelo morador, terrenos esses supracitados aos arredores do lago Macurany, que na época essa mediação era chamada de “Ropoca”, nome que até os dias atuais permanece. Ao indagamos sobre por que o lago ser conhecido como ropoca os entrevistados não souberam nos explicar.

Segundo os 02 moradores entrevistados que foram os primeiros a chegar no bairro a localidade era conhecida também como “banho do ropoca”, pois era um lugar que eles iam para lavar roupa, utensílios domésticos, assim também como área de lazer, onde se juntavam para tomar banho de rio. Os terrenos maiores que fazem margem ao lago Macurany, foram comprados pelos grandes empresários da época, que até hoje residentes em suas chácaras, ou tem apenas áreas de terras para criação de animais como gados.

Hoje o bairro São Vicente de Paula delimita-se, segundo Souza (2013):

Inicia na intersecção da Rua Fausto Bulcão com a Rua Sete de Setembro, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Maués, seguindo por esta até as margens do Lago do Macurany, contornando por estas até o limite da fazenda João Ribeiro, seguindo por este no sentido Nordeste até a Rua Itacoatiara, seguindo por esta até a intersecção com a Rua Fausto Bulcão, seguindo por esta até o ponto inicial. (pág. 80)

A partir do processo de formação da cidade com o surgimento em 1970, o Bairro São Vicente de Paula não apresentava nenhum histórico que relatasse qualquer tipo de ocupação irregular de terras segundo os moradores entrevistados. Através das mídias jornalísticas, no ano

de 2022, dava-se início a mais uma ocupação em terras privadas na cidade de Parintins, de um lote de terra em área particular, que ficou conhecida como ocupação do “Ropoca”, que fica as margens do lago Macurany.

Mediante dessa breve abordagem sobre as ocupações irregulares que fazem parte do histórico de crescimento populacional da cidade com a produção de moradias, que se intensificaram pela falta de espaços urbanos para a população, trabalhos precários e desemprego que contribuíram para as ocupações em terras urbanas na cidade.

3. Ocupação do “Ropoca”: a luta pelo direito à moradia na cidade de Parintins.

A cidade de Parintins, como vimos é um centro atrativo com universidades, escolas, hospitais e a própria festa folclórica dos bois bumbas, em geral, as pessoas vêm para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas quando chegam à cidade suas expectativas são frustradas pela falta de moradia que é apresentada como realidade da cidade, fazendo com que muitas famílias acabem vivendo em condições precárias, pagando aluguéis caros ou morando em pequenas casas no interior de residências de parentes, condições essas que resultam em ocupações para fins de ter a casa própria.

Antes de entrarmos no objetivo da pesquisa que é discorrer sobre a ocupação do “Ropoca”, é importante conceituar o que é ocupação para compreender esse processo. A ocupação está ligada as ações que se referem ao ato de invadir bens, moveis que apresentam características de abandono. Sabe-se que o movimento das ocupações irregulares está associado diretamente a falta de acesso a moradias que são problemas recorrentes no Brasil, que são recorrentes pela ausência de políticas habitacionais que atendam as classes com condições de rendas mais baixas, que ficam desprovidas de tais aquisições, causando assim o desenvolvimento da exclusão social, segregação espacial entres as classes, desigualdades e discriminações.

A especulação no mercado imobiliário capitalista torna mais difícil para a classe trabalhadora com baixos salários comprar uma casa. Uma grande proporção da população brasileira não ganha o suficiente para pagar a moradia própria ou alugada, portanto, as únicas opções são a coabitação familiar. Por outro lado, as famílias que ocupam terras sem compra, é vista como confortável ao Estado, por não suprir habitações a sua população.

É importante destacar que a moradia para Castells (1983) vai:

Além de sua escassez global, é um bem diferenciado, que apresenta toda uma gama de características, no que concerne à sua qualidade (equipamento, conforto, tipo de produção, durabilidade, etc.), sua forma (individual, coletiva, objeto arquitetura, integração no conjunto de habitações e na região) e seu status institucional (sem título, alugada, casa própria, copropriedade, etc.) que determinam os papéis, os níveis e as a filiações simbólicas de seus ocupantes (p. 224).

Mesmo que a Constituição Brasileira de 1988, assegure o direito à moradia como direito social, na prática o problema não é resolvido pelos órgãos responsáveis, com políticas habitacionais que sejam implementadas pelo Estado ou órgão Municipal. Levando assim as populações a se organizarem para buscar valer o direito que devia ser assegurado, com os movimentos de produção de moradias, que é o caso da ocupação do Ropoca em Parintins.



Segundo CARLOS (2003, p.79), “a habitação é como uma das necessidades básicas e fundamentais do homem dá-nos uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, o local da morada é associado ao preço da terra”. A moradia faz parte de uma das necessidades de uma família, e nesse aspecto não há distinção entre ricos e pobres, todos necessitam de um lar, tem direito à moradia. E quem tem condições financeiras de poder ter sua moradia própria adquire com maior facilidade, e em áreas que venham a sofrer as consequências de problemas naturais.

O Bairro São Vicente de Paula está bem localizado, contém infraestrutura básica em suas vias principais fica nas proximidades do centro da cidade, tendo acesso com facilidade a escolas, supermercados e hospitais. Na ocupação do Ropoca foi realizada a entrevista

semiestrutura com objetivo de obter a maior quantidade de informações dos moradores, foram 20 entrevistados, sendo eles os (a) chefes (a) de família.

Procuramos estabelecer primeiro o diálogo com o Líder da ocupação, para que pudesse intermediar um primeiro contato com os demais moradores, apresentando assim a finalidade da pesquisa que é a discorrer sobre a construção do desenvolvimento da ocupação, para o levantamento das informações socioeconômicas dos moradores.

A área da ocupação do Ropoca, não faz parte de nenhum espaço pertencente a repartição pública municipal ou estadual, era propriedade privada que pertenciam ao senhor Raimundo Muniz, já falecido, área delimita-se ao final da rua Aciole Teixeira e rua Agostinho Cunha fazendo margem o lago Macurany. O terreno há mais de 10 anos não tinha nenhuma manutenção de limpeza da vegetação por parte dos donos, os vizinhos do terreno que se reuniam para realizar a limpeza, buscando melhorar a saúde dos mesmos, por conta dos animais que ali se refugiam causarem doenças e ser um lugar que servia como uma lixeira viciada (figura 01).

Figura 01: Área Antes Da Ocupação.



Fonte: líder da ocupação.

A ocupação do Ropoca teve início no dia 16 de agosto de 2022, pela tarde, onde 10 pessoas se reuniram para a limpeza do terreno, cada ocupante delimitou seu terreno e montou uma estrutura de madeira com lonas, de forma provisória, com o objetivo de delimitar os terrenos. Atualmente há 21 moradias, com uma rua fazendo a divisão do terreno ao todo 11 terrenos fazem margens ao rio. No dia 18 de agosto de 2022, segundo o Portal Marcos Santos uma página de notícias da internet postam na mídia a nova ocupação na cidade de Parintins, frisando as características do lugar e os órgãos que estiveram no local:

a família Muniz se apresentou como proprietária com documento do terreno de 91 metros por 57, em nome de Raimundo Muniz Rodrigues. informando a entrada na reintegração de posse na Justiça. Neste mesmo dia os órgãos municipais como A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Secretaria de

Assistência Social, Secretaria de Terras e Cadastros, Defesa Civil, Marinha e Guarda Municipal fizeram parte da ação que identificou doze barracos já armados e outros espaços demarcado (© Portal Marcos Santos, 2022).

É considerada uma Área de Proteção Permanente (APP), conforme definição da Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Os órgãos municipais deram um prazo de 05 dias para que fossem feitas as retiradas dos barracos para a reintegração de posse, considerando que o local é da APP, os moradores permaneceram e se reuniam para a contratação de um advogado, para lutar por suas permanências na área ocupada. O processo contra a família ainda continua em andamento.

Quando perguntados sobre o porquê de estarem participando dessa ocupação, os moradores então relataram principalmente por que não tinham mais condições financeiras de continuar morando de aluguel ou de favor na casa de familiares. Sabemos que o processo de ocupação está associado a esses fatores de condições financeiras das famílias.

Para (Lefebvre 2006, p.116) “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulada como direito à vida urbana, transformada, renovada”. A própria moradia é uma necessidade para a reprodução da vida que corresponde à necessidade de comer, vestir que está ligada à reprodução do econômica, que depende da força de trabalho. A relação com a reprodução das moradias está relacionada a crise da escassez e/ou precariedade habitacional.

Figura: Primeiras moradias em alvenaria, com 04 cômodos.



Fonte: pesquisa de campo. 20/12/2023.

Figura: Primeira moradia em alvenaria, com 01 cômodo.



Fonte: pesquisa de campo. 20/12/2023.

As moradias estão bem consolidadas, os moradores ainda usam a energia elétrica de forma clandestina, mas fazem uso da água encanada, pois fazem o pagamento de forma legal,

cada registro já tem os nomes dos moradores. Atualmente, há 21 moradias na ocupação do Ropoca com o total de 60 pessoas residentes, com mais de uma família residindo na mesma casa, mostrando assim que não a privacidade entres os familiares. De acordo com as informações socioeconômicas dos moradores, foram feitos levantamento idade, origem, taxa de escolaridade, renda e qual a perspectivas do futuro mediante a ocupação se efetivar legalmente.

As moradias são feitas de madeiras e alvenaria, tendo (1 a 4) cômodos, morando de 04 a 06 pessoas em um cômodo (figura 02 e 03), de 21 moradias 19 tem banheiros na área externa da casa, ressaltando as condições sociais dos moradores, relatando assim a falta de saneamento básico em relação as condições de precariedade, privacidade e segurança, visto que 50% das casas os quintais são as margens do lago Macurany, mostrando que os moradores futuramente possam vim a sofrer as consequências do fenômenos naturais como a enchente ou doenças que podem ser causadas.

Figura 02: Via de acesso até as moradias.



Fonte: pesquisa de campo. 29/07/2023.

Figura 03: Tipos moradias.



Fonte: pesquisa de campo. 29/07/2023.

Além da população que já residia na zona urbana da cidade, também há moradores da zona rural, que vieram para cidade na esperança de concluir e continuar os estudos, receber tratamento de saúde. Quando essas pessoas chegaram, trouxeram consigo expectativas de vida urbana e começaram a competir por ela, apesar da desigualdade em relação a questão econômica dos moradores, buscavam o direito por suas próprias moradias.

Durante o levantamento das informações foi notável o protagonismo das mulheres e como foi importante a persistência pela moradia para a efetivação da área ocupada. Elas foram as principais responsáveis pela efetivação da ocupação, estando diariamente na limpeza dos

terrenos, exigindo seus direitos quando os órgãos municipais estiveram na ocupação para fazer com que as famílias saíssem da localidade, nas construções das casas, a permanência da ocupação se deu pela forma que as mulheres estiveram à frente desse movimento.

Fazendo um resumo dos seus relatos de experiências, nos levam a perceber que as classes de gêneros ultrapassam a fronteiras, que as mulheres das comunidades rurais vieram fazer parte desse movimento com o objetivo de melhorar as condições de vidas dos seus filhos, principalmente na educação. Muitas mulheres nesta ocupação são empregadas domésticas, revendedoras de produtos de catálogo, vendedoras de alimentos. Esta situação ajuda-nos a realçar as questões da habitação urbana, uma vez que qualquer valor de arrendamento se torna demasiado elevado nesta situação.

Perante a escassez de habitação, os residentes resolvem, por um lado, as suas necessidades quotidianas, mas, por outro, enfrentam também outros problemas relacionados com as condições de habitação e estilos de vida. entre a casa e seus moradores. Durante anos, o movimento de ocupações pela moradia própria teve que enfrentar diferentes contextos políticos e sociais de diferentes governos. Ao longo do tempo temos notado uma mudança na forma como os movimentos sociais e a ver forma como o próprio país passou a lidar com as questões urbanas e habitacionais em massa como uma questão de relevância nacional.

Considerações finais

Diante da carência em moradias na cidade de Parintins e o crescimento populacional, destaca-se que a cidade não tem um plano habitacional que venha atender as necessidades de seus cidadãos. Causando assim o movimento das ocupações irregulares em áreas de vegetação na cidade, vimos que esse movimento acrescenta na cidade as diferenças entre classes causando as desigualdades sociais na sociedade Parintinense, onde as pessoas que residem nessas áreas enfrentam problemas nas condições de moradia, pelas questões socioeconômicas.

A situação de vulnerabilidade das moradias interfere no modo de morar das pessoas, além das dificuldades que enfrentam no dia-dia, com a falta de trabalhos, visto que na ocupação não há uma relação de cooperativismo, há vários modos de viver, ressaltando as questões econômicas de cada indivíduo.

Compreende-se esses processos de transformações no espaço nos levam a perceber que o direito a moradia digna tem que ser propícia a todos sem pôr em risco a própria vida, independente das questões econômicas, a saúde e qualidade de vida é um direito de todos, buscar a qualidade de vida para os familiares e moradia própria é o direito de cada cidadão.

Referências

- BARBOSA, T. da R. **Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus: estudos no bairro do Coroado e loteamento rio Piorini**. Manaus, PPGSCA, 2009. Dissertação de Mestrado.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005.
- BRANT, V. C. **Trabalhar e viver**. São Paulo: Comissão Justiça e Paz/ Brasiliense, 1989, p. 73.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano** 4º Ed- Ática São Paulo-SP, Brasil 2003
- DA SILVEIRA, Diego Omar; DA SILVA NAKANOME, Ericky. **O BOI-BUMBÁ DE PARINTINS COMO ARTE E HISTÓRIA PÚBLICA: DO FOLGUEDO DE TERREIRO AO ESPETÁCULO DE ARENA E ALÉM**. Arteriais-Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, n. 12, p. 134-146, 2022.
- EMBRAPA TERRITORIAL. **Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro ambiental rural**. Campinas, 2020. Disponível em: < www.embrapa.br/car >. Acesso em: 20 Fev. 2024.
- <https://www.portalmarcossantos.com.br/2022/08/18/em-parintins-acao-integrada-de-orgaos-municipais-faz-abordagem-em-ocupacao-irregular-na-orla-do-bairro-sao-vicente/>).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/> >.
- KOHLHEPP, Gerd. **Ocupação e valorização econômica da Amazônia: Estratégias de desenvolvimento do governo brasileiro e empresas privadas**. Revista Geográfica, n. 94, p. 67-88, 1981.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 138.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LOUREIRO, M. E. M. **O papel estratégico da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da Amazônia**. T&C Amazônia, Manaus, ano 1, n. 1, p. 36-41, 2003.
- MELO, M. L. de; MOURA, H. A. de (Coord.). **Migrações para Manaus**. Recife: Massangana, 1990.

MENEZES, Lucineli de Souza et al. **Ocupação, conflitos e conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas**. 2017.

OLIVEIRA, Deise Correia de. As interpretações do Jornal Novo Horizonte Sobre o Crescimento Urbano em Parintins/AM entre 1994 a 2010: “**As Invasões de Terra Na Fazenda Itaúna**”. **Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)**. Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2011.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000. 224p.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa Tavares (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 15-26.

ROLNIK, Raque. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, C. A.; BRASIL, M. C.; MOURA, H. A. **Personae non gratae?: a imigração indocumentada no estado do Amazonas**. 2000. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/ Personae%20Non%20 Gratae%20-%20A%20 Imigra%C3%A7ao%20no%20Estado....pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Personae%20Non%20Gratae%20-%20A%20Imigra%C3%A7ao%20no%20Estado....pdf)>. Acesso em: 22 de dezembro. 2023

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins, memória dos acontecimentos Históricos**. Manaus: Editora Valer/ Governo do estado do Amazonas, 2003.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. **A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil**. **Estudos avançados**, v. 19, p. 99-113, 2005.

SOUZA, José Camilo Ramos. **O boi-bumbá e a nova estrutura urbana de Parintins**. Somanlu: revista de estudos amazônicos, v. 2, n. 2, p. 77-83, 2002.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos**. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 609-643.